

AONDE VAI A TEORIA POLÍTICA?¹

Terence Ball

RESUMO

Neste texto o autor propõe uma reavaliação da Teoria Política, a partir da constatação de sua “morte” e, ao mesmo tempo, da revalorização da disciplina a partir de meados dos anos 1970. A resposta do autor consiste em estabelecer uma distinção entre teorizações de primeira e segunda ordens, isto é, entre reflexões sobre as condições gerais de vida política em comum e o estudo dessas reflexões. Em seguida, o autor indica como os fatores que desvalorizaram a teorização normativa em décadas anteriores – em particular a Ciência Política comportamentalista – declinaram, ao mesmo tempo em que novas questões relativas à vida política em comum (nos Estados Unidos: a Guerra do Vietnã, o movimento pelos direitos civis, o movimento feminista) puseram na ordem do dia a disciplina da Teoria Política. O autor encerra o texto lembrando a importância do trabalho em conjunto dos cientistas políticos “empíricos” e dos teóricos políticos “normativos”, como sendo relativos a dois aspectos estreitamente relacionados de um mesmo fenômeno – como cientistas e como cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: *Teoria Política; Ciência Política; comportamentalismo; valores.*

I. INTRODUÇÃO

As periódicas reavaliações e reconsiderações do valor do que herdamos dos pensadores vivos e mortos são sempre empreendidas sob a perspectiva de nossos próprios tempo e circunstância. Nós reavaliamos à luz dos problemas que encontramos ou que escolhemos enfatizar. E assim fazemos, como estudiosos de Teoria Política, com algum senso de onde estamos e aonde esperamos ir. Meu objetivo neste artigo é dizer algo a respeito de onde estivemos, onde estamos agora e para onde ainda podemos ir.

Realizar qualquer tipo de previsão sobre a direção e a condição futura da Teoria Política é sempre perigoso, quando menos porque as previsões a respeito dos mutáveis pensamentos, ações e práticas humanas são notoriamente pouco

confiáveis e quase sempre fora de mira. Ninguém precisa ser um hegeliano para apreciar o argumento de Hegel prevenindo a respeito dos perigos inerentes em alguém tentar ir além do mundo que conhece e habita: “O que quer que aconteça, todo indivíduo é um filho de seu tempo; assim, a Filosofia também é em seu próprio tempo apreendida em pensamentos. É simplesmente tão absurdo fantasiar que uma filosofia consegue transcender seu mundo contemporâneo quanto fantasiar que um indivíduo pode sobrecarregar sua própria idade, pulando sobre Rodes. Se sua teoria realmente vai além do mundo como ele é ele criou um mundo ideal como deveria ser, esse mundo de fato existe, mas apenas em suas opiniões, um elemento insubstancial em que qualquer coisa que você deseja pode, em fantasia, ser construído” (HEGEL, 1967, p. 11). Uma advertência bem notada pelos sábios e prudentes.

Não obstante a advertência de Hegel, há outro adágio que se poderia aplicar ao presente caso: tolos correm por onde anjos (ou mesmo Hegel) temem trilhar. Assim, tendo iniciado o que alguém poderia considerar como sendo a incumbência de um tolo, eu proponho seguir nesse caminho. Acreditando que o passado e o presente podem ser os melhores guias para o futuro (embora não necessariamente seus preditores), começarei retracando alguns dos passos dados pela Teoria Política e por seus críticos nas últimas três décadas. Em

¹ Este texto, cujo título original é “Whiter Political Theory?”, faz parte da obra *Political Science: Looking to the Future. Volume One: The Theory and Practice of Political Science*, organizado por William Crotty (Evanston: Northwestern University, 1991) (Copyright © 1991 by Northwestern University Press. All rights reserved). Ele também foi publicado no livro de Terence Ball intitulado *Reappraising Political Theory* (Oxford: Clarendon, 1995). O resumo e as palavras-chave são de responsabilidade da *Revista de Sociologia e Política*. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão de José Eisenberg e Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale.

segundo lugar, tendo dito algo a respeito de onde viemos, eu quero dizer onde considero que estamos agora. E, em terceiro lugar, quero arriscar uns palpites meio-educados sobre para onde podemos estar indo.

Antes de começar, devo dizer que não pretendo nem finjo falar em nome de ninguém, exceto por mim mesmo. Muitos dos meus colegas de teoria política, talvez a maioria, contariam a história diferentemente e alguns – straussianos, digamos, ou marxistas ou pós-modernos – sem dúvida discordarão do que tenho a dizer – e suas objeções certamente terão peso considerável. Mas proponho-me a chamar as coisas como as percebo e a falar autobiograficamente quando parecer apropriado fazê-lo.

II. COMO ÉRAMOS

Da metade dos anos 1950 para o início dos 1970, mais ou menos, era *de rigueur* celebrar (se você fosse um “comportamentalista”) ou lamentar (se você fosse um “teórico”) o “declínio da Teoria Política” (COBBAN, 1953). Em 1953 David Easton anunciou o fim da Teoria Política como ela existia até então e, de uma forma que teria trazido o rubor do embaraço até mesmo para as faces de H. G. Wells, previu a maneira como as coisas seriam doravante. Uma Teoria Política “normativa”, preocupada com a estrutura e o ordenamento apropriado do “Estado”, era afinal afastada. A abordagem dos “sistemas” descartava o conceito de Estado e limitava, se não evitava *in toto*, quaisquer preocupações normativas. Dali por diante “o sistema político” seria reduzido e visto da perspectiva apropriada, como um de vários “subsistemas”, cada um tendo suas “demandas” e “respostas” (EASTON, 1953). Essa – é desnecessário dizer – era uma linguagem bastante distante dos idiomas em que os teóricos políticos estavam acostumados a falar.

Easton não era, é claro, o único crítico da Teoria Política “normativa” ou (como foi às vezes chamada) “tradicional”. Um verdadeiro coro de críticas logo apareceu (ver, por exemplo, DAHL, 1956)²; às suas vozes adicionaram-se aquelas celebrando o “fim da ideologia”, pelo menos no

Ocidente (SHILS, 1955; BELL, 1960). Os maiores problemas sociais, parecia, estavam resolvidos ou pelo menos a caminho de sê-lo. Dizia-se que um difundido consenso normativo penetrara nas democracias ocidentais e nos Estados Unidos em particular. Os “historiadores do consenso” norteamericanos mostraram que isso sempre fôra assim e os sonhos, esquemas e teorias dos pensadores e ideólogos “utópicos” estavam destinados a serem derrotados em uma cultura essencialmente pragmática (cf. HOFSTADTER, 1969). Incapaz (ou não desejosa) de renunciar pelo menos a um interesse acadêmico pelo não-ortodoxo e pelo utópico, a Teoria Política foi desaparecendo. Não é surpresa que os primeiros a notar, se não a celebrar, o declínio do pensamento utópico foram os próprios teóricos políticos (SHKLAR, 1957; KATEB, 1963).

Foi nesse clima que Peter Laslett entonou que, “para o momento, de qualquer maneira, a Filosofia Política está morta” (LASLETT, 1956, p. vii). (Um curioso tipo de morte essa, mas na época a Teoria Política era um tipo curioso de vocação.) E mesmo aqueles não desejosos de escrever seu obituário estavam acostumados a lamentar a precária posição da Teoria Política. Sheldon Wolin prefaciou *Politics and Vision* com um lamento pelos quase-mortos: “Em muitos círculos intelectuais de hoje há uma hostilidade marcante e mesmo um desprezo para a Filosofia Política em sua forma tradicional. Minha esperança é que este volume, se não der uma pausa naqueles que estão ansiosos para jogar fora o que permanece da tradição da Filosofia Política, possa ao menos ter sucesso em deixar claro o que deve ser descartado” (WOLIN, 1960, p. v). E o que estava prestes a ser descartado, na narrativa subsequente de Wolin, era uma pérola sem preço cujo valor somente verdadeiros suínos falhariam em apreciar.

Nem todos os comentadores eram tão pessimistas. Alguns, como Isaiah Berlin e John Plamenatz, consideraram que a Teoria Política não poderia morrer, pelo menos enquanto seu genitor – a política – vivesse. Ambos, todavia, prefaciaram seus balanços com desculpas, embora afirmativas. Em 1960, apenas quatro anos após o obituário de Laslett aparecer, Plamenatz escreveu: “Mesmo em Oxford, que talvez mais que qualquer outro lugar no mundo anglófono é o lar da Teoria ou da Filosofia Política, costuma-se dizer que esse tema está morto ou tristemente diminuído em importância. Acontece que eu tenho um interesse profissio-

² Para uma avaliação das disputas mais recentes e para um levantamento mais recente, ver, respectivamente, Euben (1970) e Gunnell (1986).

nal em presumir que ela ainda está viva e é provável que permaneça assim como qualquer outro tema enquanto o homem continuar sendo um animal especulativo e empreendedor. Não penso que esteja enviesado; não penso que precise sê-lo. A importância desse tema parece-me óbvia e as razões para questionar sua importância, tão confusas, que não me percebo como defendendo uma causa perdida ou difícil” (PLAMENATZ, 1960, p. 37). Mais ou menos na mesma época, Isaiah Berlin, em um espírito similar, iniciou um ensaio de influência sobre o destino da Teoria Política com uma questão: “Ainda há – perguntou ele de forma direta – um tema como a Teoria Política?”. Antes de responder afirmativamente, Berlin expressou uma suspeita freqüentemente ouvida de que sua questão de abertura estava posta de maneira muito direta. “Essa questão, formulada com uma freqüência suspeita nos países anglófonos – escreveu Berlin –, põe em dúvida as credenciais do tema; ela sugere que a Filosofia Política, o que quer que tenha sido no passado, está hoje morta ou morrendo” (BERLIN, 1962, p. 1). Tanto Berlin quanto Plamenatz procuraram negar que a Teoria Política estivesse morta ou mesmo moribunda.

Então, quem está, ou estava, certo – aqueles que avisaram a respeito da morte ou a respeito de qualquer grau do iminente falecimento da Teoria Política ou aqueles que sustentaram que a Teoria Política não estava morta e nem poderia morrer? Eu quero sugerir que cada um, à sua própria maneira, estava inteiramente correto. Para pôr meu argumento em termos paradoxais: a Teoria Política estava, sob alguns aspectos, morta ou morrendo – e ainda assim não poderia morrer.

Podemos resolver o paradoxo se começarmos por estabelecer (e depois retirar) uma distinção provisória entre teorizações de primeira e segunda ordem. Teorizações de primeira ordem surgem em conexão com a atividade de prestar atenção ao ordenamento de uma sociedade (OAKSHOTT, 1962). Na medida em que as pessoas vivem juntas em comunidades, questões fundamentais inevitavelmente aparecerão. Nenhuma comunidade pode perdurar sem formular e responder, pelo menos provisoriamente, questões do seguinte tipo. Para começar, há questões sobre justiça e equidade na distribuição dos deveres e dos recursos. O que é devido a quem e em que ordem? Questões a respeito de cargos e autoridade

também são prováveis de surgir: quem deve resolver questões de interesse comum – todos os membros da comunidade ou apenas uns poucos? Se a última opção, quais poucos e como ou por quem eles devem ser escolhidos? Há, além disso, questões sobre demarcação político-conceitual: por quais critérios distinguiremos entre os temas que são políticos ou públicos e aqueles que são não-políticos ou privados? Essas, por sua vez, geram questões sobre fundamentos e justificativas: de onde os critérios supramencionados vêm e em que base eles devem ser justificados (ou até criticados)? Ou considerem-se questões sobre punição: que faremos com os membros dissidentes ou desviantes de nossa comunidade – tolerá-los, exilá-los ou executá-los? E também há, é claro, questões referentes à extensão e aos limites das obrigações: devem todos os cidadãos fisicamente saudáveis ter uma obrigação em lutar e talvez morrer pelo Estado, se a sobrevivência do Estado parecer requerê-lo?

A lista poderia continuar a crescer, mas o ponto é talvez suficientemente claro: as questões em que os teóricos políticos estão interessados são precisamente aquelas que qualquer comunidade civilizada deve formular e procurar responder. Os maiores pensadores políticos – um Aristóteles ou um Hobbes, digamos – tentaram elaborar teorias baseadas nas quais tais questões pudessem ser (re)formuladas, elaboradas e possivelmente respondidas de uma forma coerente, compreensiva e sistemática³. Todavia, sejam magníficas ou medíocres as mentes dos que lutam com as questões referentes ao ordenamento adequado da sociedade, o fato permanece: o pensamento ou a teorização política é, nesse sentido, uma atividade importante, mesmo necessária. Assim, Plamenatz e Berlin estavam certos ao sugerirem que a Teoria Política – entendida como teorização de primeira ordem – não poderia morrer e um comentarista mais recente está sem dúvida correto ao julgá-la indispensável (MACINTYRE, 1983).

³ Os teóricos políticos discordam sobre a existência de “questões perenes” ou se tais questões mudam ao longo do tempo. Minha própria perspectiva é que as questões em si mudam, em parte porque os conceitos constitutivos das linguagens ou idiomas morais em que tais questões são formuladas historicamente têm sentidos mutáveis. Ver o meu livro *Transforming Political Discourse* (1988).

Em contraste, muito do que passa por Teoria Política na academia deveria, de maneira geral, ser denominado de teorização de segunda ordem. Ela consiste largamente, embora de maneira alguma exclusivamente, na atividade de estudar, ensinar e comentar os “clássicos” do pensamento político. Se a teorização de primeira ordem é quase imortal, a teorização de segunda ordem é eminentemente mortal. Ela pode morrer ou desaparecer – ou, ao menos, ser desacreditada, descontada ou ignorada, como aconteceu em vários departamentos de Ciência Política durante o auge do comportamentalismo. A Teoria Política, como praticada nos departamentos de Ciência Política, foi relegada a uma espécie de limbo ou morte viva: o pior tipo. Muitos dos que praticaram a teorização de segunda ordem não se sentiam bem-vindos e alguns foram mesmo encorajados a negociar suas transferências para os mais congeniais departamentos de Filosofia ou História.

Assim, voltando ao paradoxo apresentado anteriormente – como poderia a Teoria Política estar ao mesmo tempo morta e viva? –, podemos agora ver que o paradoxo era apenas aparente e sua solução, realmente bastante simples. Aqueles que, como Laslett, anunciaram a morte ou o iminente declínio da Teoria Política falavam dela como uma disciplina acadêmica especializada nos departamentos de Ciência Política, em outras palavras, como teorização de segunda ordem. E eles estavam minimamente certos em sugerir que a Teoria Política, *nesse sentido*, estava em perigo mortal, se não já morta. Mas Berlin e Plamenatz estavam não menos corretos ao sugerirem que a Teoria Política – entendida como teorização de primeira ordem – não estava nem morta nem morrendo, nem poderia estar. Essa atividade é de fato indispensável.

Da maneira como foram formulados, todavia, todos os relatos da morte da teoria (acadêmica ou de segunda ordem) provaram ser prematuros, se não totalmente injustificados em primeiro lugar. Em meados dos anos 1970, os teóricos políticos acadêmicos habituaram-se a citar a observação feita por Mark Twain ao ler seu próprio obituário. “As notícias sobre minha morte”, Twain telegrafou para seu preocupado editor, “foram grandemente exageradas”. O que havia acontecido? Como e por que esse Lázaro acadêmico foi trazido de volta da morte?

III. O RESSURGIMENTO DA TEORIA POLÍTICA

Várias explicações, todas parciais e nenhuma inteiramente satisfatória, ajudam a considerar a renovação, de fato o impressionante ressurgimento, da Teoria Política acadêmica desde o final dos anos 1970 (ver BARRY, 1980; MILLER, 1990). A explicação geralmente dada é que a Teoria Política tem prosperado porque seu nêmesis, o “comportamentalismo”, passou por tempos difíceis. Embora uma história adequada da “revolução comportamentalista” – e da história mais ampla da Ciência Política de que ela é uma parte importante – ainda precise ser escrita, ela deveria, no mínimo, incluir uma consideração sobre a ascensão e a queda de seus fundamentos filosóficos (ver FARR, 1995). Embora os comportamentalistas estivessem habituados a estabelecer uma forte distinção entre Filosofia e Ciência, descartando a primeira em favor da segunda, o comportamentalismo era de fato extremamente dependente de uma filosofia particular – o positivismo. Pois foi do positivismo – ou, como era mais freqüentemente denominado, positivismo lógico ou empirismo lógico – que o comportamentalismo emprestou muitos de suas categorias e distinções chave (ver EUBEN, 1970). Para os comportamentalistas, esse empréstimo adquiriu três formas importantes.

Em primeiro lugar, enquanto uma abordagem sobre a significação, o positivismo lógico distinguia três tipos de proposições: proposições “sintéticas”, sobre fatos empíricos (“O gato está sobre o tapete” era uma favorita); proposições “analíticas”, de necessidade lógica (“Todos os solteiros são homens não casados”), e uma categoria residual, abrangente, de proferimentos “normativos” que nem descrevem algum estado do mundo nem contêm verdades logicamente necessárias, mas servem apenas para expressar atitudes, sentimentos, preferências ou “valores”. Em segundo lugar, essa teoria da significação é por seu turno abastecida por uma teoria ética “emotivista” que sustenta que proferimentos éticos são cognitivamente vazias e sem sentido; elas são meramente (como na criativa, se não levemente obscena, expressão de A. J. Ayer) “ejaculações”, expressivas de nada, salvo, talvez, da preferência subjetiva dos estados da mente de quem fala. Assim, o proferimento “roubar é errado” não diz

nada a respeito do mundo, nem sobre relações de encadeamento lógico, mas meramente expressa a desaprovação do roubo da parte de quem fala. E, em terceiro lugar, como uma Filosofia da Ciência, o positivismo forneceu critérios para a demarcação entre ciência e não-ciência (ver, por ex., MOON, 1975). A ciência não digressa sobre nenhum assunto em particular, mas sobre significação e método. Pode haver uma ciência da política tão certamente como pode haver uma ciência da Química ou da Física, contanto que suas proposições sejam cognitivamente significativas (*i. e.*, sintéticas), falem sobre fatos empiricamente determináveis e que suas explanações sejam conforme os requerimentos do modelo dedutivo-nomológico (D-N). De acordo com esse modelo, podemos dizer que explicamos algum fenômeno *X* se e somente se uma proposição descrevendo *X* (o *explanandum*) é dedutível como conclusão de premissas contendo uma ou mais leis gerais, juntamente com afirmações das condições iniciais (o *explanans*).

O positivismo filosófico teve, por assim dizer, uma função normativa ou reguladora do comportamentalismo, em que o positivismo definiu para os comportamentalistas o que é a “ciência” – e o que a Ciência Política deveria ser, se fosse para ser uma ciência. Primeiramente, a Ciência Política deveria distinguir entre “fatos” e “valores”. Em segundo lugar, ela deveria ser “empírica” ao invés de “normativa”. E, por fim, ela deveria ser explicativa no sentido acima indicado. Toda explicação genuinamente científica, de acordo com os critérios positivistas de suficiência explicativa, depende da descoberta e do desenvolvimento de “leis” universais e eternas. Boa parte da Teoria Política “tradicional” não se conformava aos critérios positivistas de significância cognitiva e suficiência explicativa. Por esses motivos, ela foi rejeitada como não-científica ou, no máximo, como pré-científica e, portanto, destinada a ser superada no devido tempo.

Mas nas mãos dos críticos comportamentalistas, a faca positivista tinha dois gumes, ferindo também aqueles que a brandiam. Logo se tornou claro que virtualmente tudo que passava por Ciência Política “empírica” ou “científica” não se conformava àqueles critérios positivistas com base em que a Teoria Política fôra criticada e rejeitada como sem sentido, dado que “normativa”. Grandes habilidades semânticas não eram necessárias para

demonstrar que “valores” espreitavam nas sombras das mais higienizadas afirmações “científicas”: não havia, de fato, afirmações normativamente neutras ou afirmações descritivas não-teóricas (ou “sentenças protocolares”, como anteriormente os positivistas denominaram-nas) (TAYLOR, 1967). Ainda pior: percebeu-se que não havia “leis” do comportamento político. Nenhuma passava pelos critérios positivistas, nem mesmo as famosas “leis” propostas por Michels e Duverger (FARR, 1987).

Na Filosofia da Ciência, enquanto isso, os críticos do positivismo haviam vencido e em meados dos anos 1970 todos, exceto os positivistas mais teimosos, reconheciam a derrota. Perguntado por um entrevistador em 1977 sobre os principais defeitos do positivismo, A. J. Ayer respondeu: “Bem, eu suponho que o mais importante dos defeitos é que quase tudo dele era falso” (MAGEE, 1978, p. 131). Entre as diversas falsas reivindicações que o positivismo fizera – e que os comportamentalistas emprestaram – estava a sempre ouvida pérola de que ninguém pode derivar o “dever ser” do “ser”. No andar da carruagem, todavia, não somente é possível como de fato é fácil realizar essa supostamente impossível façanha (ANSCOMBE, 1968; SEARLE, 1969, cap. 8).

Herdeira como era de uma específica Filosofia da Ciência, o destino da Ciência Política comportamentalista não poderia senão ser adversamente afetada pela derrota do positivismo. Seria, entretanto, errado ou no mínimo unilateral ou simplista sugerir que a ressurreição da Teoria Política acadêmica pode ser traçada exclusivamente pelo destino declinante do positivismo filosófico e o declínio associado do comportamentalismo.

Outro fator que deve figurar em nossa explicação é o que Alasdair Macintyre denominou “o fim do fim da ideologia” (MACINTYRE, 1971, cap. 1). A partir de meados dos anos 1960, tornou-se evidente que a ideologia não terminara nem era provável que terminasse; ao contrário, novos movimentos políticos – entre estudantes, negros, mulheres, ativistas contra a guerra e outros – suscitavam novas questões e formulavam novas agendas. Apesar de titubeante e fragilizada, teorizações de primeira ordem continuavam sendo feitas nas ruas e nas salas de aula (MILLER, 1987). Do Movimento pelo Discurso Livre [*Free Speech Movement*] em Berkeley em 1964 aos *événements* de maio de 1968 em Paris (que chegou muito perto

de derrubar o governo de De Gaulle), velhas ortodoxias – incluindo a própria tese do fim das ideologias – foram questionadas e desmascaradas elas mesmas como “ideológicas”. Em 1972 os editores da renomada série *Philosophy, Politics and Society* – em cujo primeiro número o obituário de Laslett apareceu – reconheciam que “nunca estivemos certos ao pensar a partir de metáforas tão patológicas e evidentemente elas não são mais aplicáveis de qualquer maneira. Tornou-se agora um lugar-comum que ambos os movimentos intelectuais prevaletentes na época de nossa primeira introdução [em 1956], em cujos termos parecia plausível aos sociólogos falar em ‘fim das ideologias’ e mesmo para os filósofos falarem na ‘morte da Teoria Política’, eram eles mesmos as máscaras de posições ideológicas disputáveis” (LASLETT, RUNCIMAN & SKINNER, 1972, p. 1).

Qualquer explicação do ressurgimento da Teoria Política deveria também incluir uma consideração das conseqüências políticas de uma concepção particular da relação entre a Ciência Social e a prática política – não em abstrato, mas (para usar uma certa frase feita freqüentemente lançada contra os teóricos políticos acadêmicos) no “mundo real”. A guerra no Vietnã, embora não declarada, foi bastante real. Foi uma guerra lutada não apenas pelos soldados norte-americanos, mas, mais importante, “gerenciada” pelos especialistas. Chamados de “os novos mandarins” por seus críticos e de “intelectuais da defesa” por seus defensores, sua reivindicação de perícia era fundada em uma visão instrumentalista e positivista da Ciência Social e de sua relação com a prática política⁴. A esperança em estabelecer uma Ciência Política positivista – uma aspiração que pode ser traçada de volta a Saint-Simon e Comte, no século XIX – sofreu um golpe decisivo, se não mortal, pela experiência norte-americana no Vietnã.

Mas o que isso tem a ver com o destino ascendente da Teoria Política acadêmica? Apenas isto: o Vietnã fez emergir e trouxe ao proscênio exatamente o tipo de questões normativas que a Teoria Política supostamente abordava – questões referentes aos direitos e deveres dos cidadãos, à obrigação dos indivíduos de lutar pelo Estado, às

guerras justas (e injustas), à resistência ativa e passiva e a questões relacionadas (ver WALZER, 1970; 1977).

A história tem alguma conexão com a biografia e vice-versa. Eu gostaria de pausar brevemente para um excuro autobiográfico a respeito de como me tornei um teórico político acadêmico. Para dizê-lo sem rodeios, entrei nessa área de trabalho não porque estivesse muito enamorado pela Filosofia ou pela História das Idéias, mas devido à Guerra do Vietnã. Desde que eu tinha 12 anos até o terceiro ano de faculdade (1965), eu estava certo de que queria ser físico e muito da minha educação tinha-se direcionado para esse fim. Meu interesse em História e Filosofia era basicamente restrito à História e Filosofia da Ciência. Consideravam-me positivista e Russell e Ayer eram meus heróis e sentia-me algo superior àquelas mentes inferiores que laboravam em vinhedos menores. Em suma, eu era insuportável.

Mas que diferença uma guerra faz! A possibilidade de ter que escolher entre ir para o Vietnã, ir para o Canadá ou ir para a prisão fez maravilhas para que eu concentrasse minha mente. Quanto mais eu descobria sobre a guerra, mais eu acreditava que ela era mal conduzida e invencível. Além disso, ela era lutada pelos pobres, pelos negros e pelos sem instrução, poucos dos quais tinham conseguido liberação por serem estudantes. Que eu, então um estudante da Universidade da Califórnia, tivesse tal liberação, pareceu-me injusto. (Reconheço que o Serviço de Alistamento concordou em parar com as liberações estudantis e iniciou um sistema de sorteios). Nesse meio-tempo, pensei, eu poderia ajudar a reparar a injustiça alistando-me; mas isso também me faria cúmplice em uma guerra que me parecia patentemente injusta. Nunca tendo enfrentado antes um profundo dilema moral, eu tinha pouquíssimos recursos com que trabalhar. Que deveria fazer? Quais eram os meus deveres? Deveria apoiar meu governo mesmo considerando suas políticas erradas e mal conduzidas ou, ainda pior, patentemente más? Há algo como um dever de resistência? Não sabia o que fazer ou mesmo como começar a refletir a respeito de questões tão problemáticas.

Assim, engolindo meu orgulho, matriculei-me em um seminário de Teoria Política em que essas questões seriam discutidas e debatidas. Era um tema de que ouvira falar antes, mas rejeitara como

⁴ Ver meu “American Political Science in its Postwar Political Context” (BALL, 1993).

irrelevante para meus interesses. Lemos a *Antígona* de Sófocles, a *Apologia* e o *Críton* de Platão, Calvino, Lutero, Locke, Thoreau, Tolstói, Gandhi, Camus e Martin Luther King (que ainda estava vivo e muito ativo e ainda não se tornara o mártir morto e incapaz de ameaçar). Nossas discussões no seminário – e fora dele, até altas horas da noite – tinham uma especial urgência para muitos de nós. Aquele seminário e aquelas discussões não me fizeram decidir por um curso de ação, embora ele sem dúvida ajudou-me a clarear o raciocínio que me conduziria àquela decisão⁵. Resultou que meu interesse por Teoria Política não se encerrou naquele momento; ele cresceu, aprofundou-se e tornou-se minha vocação e o trabalho de minha vida.

Mas chega de autobiografia. Mencionei minha própria experiência somente porque eu suspeito que ela não foi única – nem foram tais experiências sem relação com o ressurgimento da Teoria Política ao longo dos anos 1970. Havia, em adição e estreitamente relacionados com o movimento contra a guerra, os movimentos pelos direitos civis e feminista anteriores e contemporâneo a ele (EVANS, 1979). A Teoria Política prosperou na medida em que ela lidou com problemas políticos reais e com os movimentos que eles suscitaram e originaram. Ao enfatizar o papel de tais atividades extracurriculares, entretanto, eu não pretendo negar ou denegrir as contribuições importantes feitas no interior da academia.

A Teoria Política recebeu um impulso notável no início dos anos 1970 com a publicação do livro de John Rawls, *Uma teoria da justiça* (de 1971). Diferentemente de alguns que lhe creditam o feito de, sozinho, ter revivido a Teoria Política, não quero exagerar a importância de Rawls (ainda que tivesse e tenha importância). Mas parece-me que seu pensamento a respeito da justiça teve uma importância e um apelo especiais para aqueles que viveram ao longo, pensaram a respeito e participaram dos movimentos pelos direitos civis e contra a guerra. A despeito de seus impressionantes formalismos abstratos – a “posição original”, o “véu da ignorância” e todo o resto –, a teoria de Rawls era, todavia, estreitamente relacionada à

política do mundo real. Ela lidava enfaticamente com questões preeminentes de direitos, deveres e obrigações; da justificação da desobediência civil e, com sua totalmente original pesquisa a respeito de justiça intergeracional, dirigiu-se às preocupações do então emergente movimento ambientalista (RAWLS, 1971, p. 284-293; cf. SIKORA & BARRY, 1978; PARTRIDGE, 1981; WENZ, 1988, cap. 11).

Embora, ou talvez precisamente devido a isso, a teoria de Rawls ter sido submetida a uma boa dose de escrutínio crítico, comentários e tentativas de refutação, sua publicação e recepção provou ser um importante fator no ressurgimento da Teoria Política na academia (BARRY, 1973; NOZICK, 1974; DANIELS, 1975). Também se deve conceder crédito, embora devido a uma importância um pouco diferente, às pesquisas históricas de Peter Laslett, John Pocock, Quentin Skinner, John Duhn e outros entre os assim chamados “novos historiadores” do pensamento político; à teoria crítica de Jürgen Habermas e à renovada Escola de Frankfurt; ao papel de Ronald Dworkin e outros ao renovar o interesse pela Filosofia do Direito e aos importantes estudos de Michel Foucault sobre as instituições (prisões, clínicas, asilos) e outros meios por meio dos quais os homens e mulheres modernos são constituídos e disciplinados.

O ressurgimento da Teoria Política que começou no início dos anos 1970 também foi auxiliado pelo surgimento de novas revistas especializadas no assunto. A primeira delas foi *Interpretation*, uma revista com propensões decididamente straussianas, fundada em 1970. Ela foi seguida um ano depois – o mesmo ano da publicação de *Uma teoria da justiça*, de Rawls – por *Philosophy and Public Affairs*, uma revista dedicada à proposição de que temas de interesse público frequentemente têm uma importante dimensão filosófica. Os editores da nova revista escreveram que “*Philosophy & Public Affairs* é fundada na crença de que um exame filosófico desses temas pode contribuir para seu esclarecimento e à sua resolução. Ela saúda discussões filosóficas de problemas legais, sociais e políticos substantivos, assim como as questões abstratas que esses problemas suscitam. Em adição, espera-se publicar estudos da história moral e intelectual de tais problemas”. O objetivo da nova revista, concluíram seus editores, era trazer os “métodos específicos” da Filosofia para “tratar de problemas que dizem respeito a todos” (COHEN, 1973, p. 1).

⁵ Outros amigos tomaram decisões diferentes. Dois de seus nomes estão agora inscritos no Vietnam Memorial em Washington, D. C..

A essas novas revistas somou-se em 1973 *Political Theory*, uma revista de modo geral devotada ao tipo de Teoria Política feita não por filósofos, mas por aqueles que lidam com o tema no interior dos departamentos de Ciência Política. Uma revisão dos conteúdos dos números passados dessa revista demonstra como a Teoria Política começou a reviver e a ser reformatada a partir do início dos anos 1970. Os primeiros números foram largamente dedicados, embora não exclusivamente, à análise de conceitos políticos como “poder”, “liberdade”, “igualdade”, “interesses” – mesmo a própria “política”. Em meados dos anos 1970 o interesse mudou para Rawls e a justiça, Habermas e a teoria crítica, Marx e o neomarxismo e outros tópicos. Uma forma de ler essas folhas amareladas é que em meados dos anos 1970 ou por essa época os teóricos cessaram de ser esclarecedores conceituais e artesanais ou “subempregados” da disciplina maior da Ciência Política e a Teoria Política estava firme no caminho de desenvolver uma identidade própria.

Mas esse movimento continuou não reconhecido e depreciado em muitos departamentos de Ciência Política. Em um editorial de 1982, o então editor de *Political Theory*, Benjamin Barber, observou com algum sarcasmo que “a Filosofia Política continua a florescer no interior da disciplina da Ciência Política – pelo que a disciplina permanece curiosamente ingrata. De uns anos para cá os painéis de Teoria Política têm superado todos os outros da American Political Science Association [APSA] de dois para um e vários subgrupos de teoria [...] continuam a multiplicar-se [...]. Ao mesmo tempo, a Ciência Política parece ter perdido seu lastro com o declínio de filiações em associações profissionais e o seu prumo, com o declínio do projeto positivista tal como concebido no início dos anos 1960 [...]. A disciplina de Ciência Política faria um melhor serviço a si mesma se [...] prestasse mais atenção à mensagem encontrada nos números a que ela tem tão freqüentemente prestado homenagem” (BARBER, 1982, p. 491). Barber não disse exatamente qual “mensagem” era para ser encontrada naqueles crescentes números. Mas infere-se que a Teoria Política estava de volta, mais audaz e mais popular que nunca.

IV. EM DIREÇÃO AO FUTURO

Medida pelos critérios de Barber, a Teoria Política acadêmica continuou a florescer ao longo

dos anos 1980 e não mostra sinais de abatimento na década final deste século⁶. Essa mudança de fortuna é, sem dúvida, bem merecida e bastante atrasada. Mas essa mudança em direção à prosperidade e à respeitabilidade também está acarretando problemas de maneiras e por motivos que me parecem difíceis de articular de maneira satisfatória. Na falta de melhor expressão, deixem-me ser direto ao apresentar uma forte e crescente suspeita: o recém-encontrado orgulho da Teoria Política pode ser o presságio de uma queda. De fato, eu percebo a Teoria Política seguindo uma trajetória bastante parecida com a que a Ciência Política comportamentalista percorreu de meados dos anos 1950 ao início ou a meados dos anos 1970. Não é de todo impossível que a Teoria Política possa encontrar um destino semelhante. Vários sinais, parece-me, são óbvios demais para negligenciar.

O primeiro sinal de problemas reside no crescente isolamento da Teoria Política em relação a seu tema, que ela supostamente compartilha com a Ciência Política – nomeadamente, a política. Um segundo sinal, estreitamente relacionado com o primeiro, tem a ver com as crescentes especialização e profissionalização da Teoria Política. Um terceiro sinal de perigo consiste no aumento da preocupação dos teóricos políticos com questões de método e técnica. E um quarto sinal é discernível em nossa propensão a engajarmo-nos em disputas metodológicas e/ou metateóricas. Em suma, estamos tornando-nos o tipo de criatura que outrora já criticamos. Deixem-me dizer um pouco mais a respeito de cada uma dessas inquietações.

As melhores e mais profundas teorias políticas estiveram estreitamente ligadas à política e geralmente vieram a lume em virtude de crises – e no mundo de hoje há crises em abundância. Mas se alguém toma o sumário dos sucessivos números de *Political Theory* como qualquer tipo de indicação de aonde a Teoria Política está indo, esse alguém está fadado a surpreender-se com o que é mesmo remotamente “político” na Teoria Política. Mesmo o mais cuidadoso leitor poderia não suspeitar que há todo um mundo fora das páginas, aflito com problemas sem precedentes em seu escopo e severidade. Esse alguém poderia não

⁶ O autor, escrevendo em meados dos anos 1990, é claro que se referia ao século XX (nota do tradutor).

saber, por exemplo, que há uma crise ambiental de proporções globais que suscita problemáticas questões a respeito de direitos e deveres em relação às futuras gerações⁷. Alguém poderia, por outro lado, inferir que há algo chamado a “crise da constituição do sujeito” ou do “corpo” e do “desejo”. Estranhas crises auto-referidas para tempos surpreendentemente auto-referidos. Em meio à real destruição – econômica, ambiental e ética –, nós fazemos desconstrução. Ninguém precisa ser um “straussiano” para dizer muito da moderna Teoria Política acadêmica o que certa vez Leo Strauss disse a respeito da Ciência Política comportamentalista: “Alguém poderia dizer dela que ela brinca enquanto Roma está em chamas. Mas ela está desculpada por dois motivos: ela não sabe que brinca e não sabe que Roma está em chamas” (STRAUSS, 1962, p. 327).

O isolamento da Teoria Política em relação à política sem dúvida tem bastante a ver com a dinâmica da profissionalização na academia norte-americana. A Teoria Política apresenta todos os sinais de cessar de ser uma vocação e rapidamente se tornar uma “profissão”, com tudo o que isso acarreta de divisão do trabalho, de divisão de funções e o resto. Nós “teóricos” já temos as “nossas” organizações especializadas – o grupo das Foundations of Political Thought e a Conference for the Study of Political Thought – e o aumento da lista de “nossas” revistas, incluindo *History of Political Thought*, *Journal of Political Philosophy* e *Studies in Political Thought*. E temos os “nossos” painéis e mesas redondas na American Political Science Association e em outras reuniões profissionais. Essa especialização não é por si uma coisa ruim; ela tem suas vantagens, mas também, e não de maneira menos importante, suas desvantagens. A profissionalização é um pouco como se mudar para o subúrbio: diminui a chance de ser assaltado, mas também diminui a chance de encontrar novas pessoas, sendo mais provável de conversar com pessoas parecidas consigo mesmas. Logo, logo o subúrbio torna-se um pequeno mundo contido em si mesmo – seguro, a salvo, familiar, amigável e completamente previsível.

Em 1969 Sheldon Wolin criticou os comportamentalistas por seu “metodismo” – ou seja, por sua preocupação com o refinamento de seus

métodos de mensuração, suas técnicas estatísticas e coisas assim, enquanto desdenhavam de tratar de problemas políticos preeminentes (WOLIN, 1969). Agora, um quarto de século depois, a mesma crítica bem pode ser dirigida contra muitos teóricos políticos. É fato que não fazemos muitas mensurações (embora alguns de nós, aparentemente, realizemos uma cuidadosa contagem da frequência nos painéis da APSA), mas por necessidade nós interpretamos textos. Assim, algumas de nossas disputas metodológicas tendem, talvez compreensivelmente, a serem digladiações sobre métodos e técnicas de “leitura” ou de interpretação textual (ver BALL, 1995). “Contextualistas” históricos disputam com “textualistas” de vários matizes, enquanto os pós-modernos transformam tudo em “textos” a serem desconstruídos (guerras, revoluções, relações de gênero). Os últimos parecem ter ganhado algum terreno tardiamente. Alguns saudaram esse desenvolvimento, enquanto outros – entre os quais me incluo – têm reservas e dúvidas abundantes. A visão anterior é bem representada por William E. Connolly, o bastante hábil ex-editor de *Political Theory*. Ele referia-se com orgulho aos “jovens acadêmicos que importam temas exóticos tais como [...] desconstrução, análise dialógica, genealogia ou intertextualidade, como se essas orientações fossem parte de uma conversa em algum outro lugar” (CONNOLLY, 1989, p. 4). Esse “outro lugar”, no final, não é nenhum lugar politicamente pertinente, mas confina-se em uma academia crescentemente familística, arrogante e absorta em suas próprias questões.

O pós-modernismo e outras “importações exóticas” não deixam de ter seu valor, é claro, nem estão sem seus críticos. John Searle, por exemplo, disse da desconstrução que “Esse é o tipo de Filosofia que poderia dar um nome feio a uma trivialidade” (SEARLE, 1983). Ninguém precisa ser tão duro quanto o Professor Searle para ter reservas a respeito dessa importação em particular. Pode-se até apreciar seu apelo inicial, pelo menos na França, onde o sistema de liceus há tempos dita não apenas o cânone, mas o que cada um de seus textos constituintes “significa”, sentença por sentença e palavra por palavra. Se como estudante dissessem-me que – sob pena de falhar no exame do *baccalauréat* – que há uma e somente uma forma de ler ou interpretar Rousseau, ou Balzac ou Victor Hugo, então eu, também, rebelar-me-ia. E se ensinassem-me – como os estudantes

⁷ A única exceção é uma curta nota de B. Bandman (1982).

universitários franceses uma vez foram ensinados – que a “estrutura” *fait tout*⁸ –, que o significado (e muito mais) era estruturalmente (sobre)determinado – então eu sem dúvida desconstruía e falava a respeito do “livre jogo dos significantes” e coisas do gênero. Mas não sou um francês nem recebi uma educação francesa – nem – para o que interessa – recebeu a maioria dos auto-intitulados pós-modernos entre os teóricos políticos norte-americanos. Esse é o motivo porque sua maneira de aproximar-se da Teoria Política tem uma qualidade etérea, que flutua livremente e torna-a ideal para uma academia esotérica festiva, mas que mal serve para um compromisso com um mundo cheio de problemas políticos reais. Da minha parte, eu confesso que o pós-modernismo, ou, pelo menos, a versão transplantada para a academia norte-americana, choca-me como notavelmente não-mundano, para não dizer profundamente apolítico ou antipolítico. De fato, ele parece um tipo de autismo intelectual que leva aqueles afligidos por ele a fantasiar que podem dispensar a disciplina e refazer o mundo à sua própria imagem. Sua lógica parece levá-los a uma reformulação silogística sucinta: tenho o poder de interpretar textos como eu quero; todo o mundo é um texto; logo, o mundo está em meu poder. Correto! E se desejos fossem cavalos, mendigos poderiam cavalgar.

Mas este não é o lugar para criticar o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, a desconstrução ou qualquer outra perspectiva particular. Meu objetivo aqui não é dizer aonde a Teoria Política não deveria ir, mas aonde ela pudesse e talvez devesse ir enquanto prepararmos para entrar no século XXI. Eu quero, portanto, concluir com uma nota um pouco mais positiva, traçando brevemente três rotas possíveis e complementares, que talvez possamos seguir no próximo século.

Em primeiro lugar, eu acredito que a Teoria Política pode, e deve, retornar ao seu devido papel. Esse papel não é repetir o modismo mais recente de Frankfurt ou Paris, mas dedicar todas suas forças em rever, avaliar, criticar e possivelmente, em algumas ocasiões, apreciar os arranjos da sociedade em que vivemos. Como de fato

acontece, nós, estudiosos de Teoria Política, somos afortunados de ter ao nosso dispor um leque de fontes extraordinariamente amplo e rico. A maior delas é, parece-me – e estou bastante ciente dos argumentos contrários a esta afirmação polêmica – a própria tradição do pensamento político ocidental. Com todos seus problemas, é a fonte mais rica a partir da qual podemos trabalhar.

Se me perguntarem por que trabalhar a partir de uma fonte tão deficiente, eu posso apenas responder: porque não há outra alternativa – e certamente nenhuma perfeita. Não existe nenhum ponto de Arquimedes fora de nosso mundo, nenhum *cogito* cartesiano, nenhuma perspectiva de um observador ideal a partir da qual perceber e julgar nosso mundo e as ações e práticas de seus habitantes. Podemos trabalhar e aperfeiçoar apenas com os materiais já à mão. É irônico, para dizer o mínimo, que, enquanto alguns ocidentais cada vez mais ignoram, negam ou denigrem sua herança, muitos não-ocidentais estão ávidos por apropriarem-se do que podem de nossa tradição de direitos individuais, de liberdades de expressão, de imprensa, de reunião e por aí vai. Não há dúvida de que eles têm algo para aprender de nós, mas, parece-me, da mesma forma nós temos muito que aprender com eles e com suas aspirações – e com sua atitude a respeito da Teoria Política, que eles percebem como sendo de importância imensa e imediata.

Isso me traz à segunda rota de esperança para o futuro. Um leitor de outra forma simpático poderia conceder, digamos, que os chineses estão frente a uma crise digna de reflexão teórica, mas que não estamos tão bem situados. Para fazê-la, deixando de lado a confortável, mas questionável, premissa de que somos tão democráticos quanto se pode ser, permanece uma série de crises que os teóricos políticos acadêmicos falharam – como ainda falham – em reconhecer como dignas de atenção e tratamento teóricos. Algo que mencionei antes – que séries interconectadas de desastres, atuais e potenciais, que freqüentemente recebem o nome de crise ambiental – apresenta todo um conjunto de questões para as quais temos mal-mal prestado atenção. Ela apresenta questões sobre quem somos e a que pertencemos na ordem natural; sobre nossas obrigações com outros povos, incluindo os membros de outras culturas e as futuras gerações ainda não nascidas; sobre nossas concepções a respeito da propriedade

⁸ “Faz tudo”, em francês no original (N. T.).

privada e do lucro e sobre as forças, os defeitos e as limitações de nossas instituições e das tradições moral, política, econômica e religiosa que herdamos de pensadores há tempos mortos. Isso nós precisamos fazer não apenas porque é interessante para alguns teóricos excêntricos, mas porque são de importância cada vez maior para todos nós, como agentes morais, como cidadãos e como pesquisadores políticos (GOODIN, 1992; WENZ, 1992). Isso é teorização de “primeira ordem” – e com vingança.

Minha terceira rota para o futuro é concernente à última de minhas funções. Para dizer de maneira simples, as questões de Teoria Política são muito importantes para serem deixadas com aqueles que se dizem ou que são convencionalmente classificados como teóricos políticos. Nós, teóricos políticos, não temos o monopólio da sabedoria ou da iluminação. Se estamos aqui para falar esclarecidamente a respeito de crises de nosso tempo intervir inteligentemente nelas, precisaremos ao menos de algumas das sensibilidades daqueles entre nossos colegas de investigação da política que são convencionalmente classificados como cientistas políticos “empíricos”. Nós – e não uso o pronome retoricamente – precisamos desesperadamente um dos outros, dos talentos, técnicas e sensibilidades de cada um. Mas se devemos unir-nos, temos que superar um certo número de velhos obstáculos, muitos dos quais são legado do velho comportamentalismo e da reação anticomportamentalismo. Antigos rachas não são superados facilmente ou sem esforços. Mas deixem-me sugerir um caminho possível para aproximar, quiçá superar, a divisão há muito tempo mantida entre dois campos que têm mais em comum do que poderiam de outra maneira suspeitar.

A divisão do trabalho curricular convencional designa aos teóricos a tarefa de traçar e avaliar idéias, ideais e crenças, deixando para os investigadores empíricos a tarefa de descrever e explicar o efetivo comportamento dos agentes políticos. Essa divisão do trabalho sugere que há dois domínios bem separados, um do pensamento ou de “teoria” e o outro da ação ou do “comportamento”, cada qual podendo ser bem caracterizado sem referência ao outro. Mas essa divisão é notadamente falsa. O agente que tem certas crenças não é separável do agente que atua. De fato, suas ações não são nem mesmo descritíveis sem referência às suas crenças

– e vice-versa. Assim, a esperança de criar uma ciência do “comportamento” político era em tudo tão equivocada quanto uma “história do pensamento político” isolada. E isso, como frequentemente vemos, é uma verdade mais facilmente reconhecível se olhamos para o passado. Como Alasdair Macintyre lembrou-nos, “Não deveria haver duas histórias, uma da ação política e moral e outra da teorização política e moral, pois não há dois passados, um povoado somente por ações e o outro pelas teorias. Cada ação porta e expressa crenças e conceitos mais ou menos carregados teoricamente; cada teorização e cada expressão de uma crença é uma ação política e moral”. Adiciona Macintyre que é somente devido aos particulares “hábitos mentais gerados pelo nosso moderno currículo acadêmico”, que chegamos à errônea conclusão de que “idéias são dotadas de uma vida própria, falsamente independente e que a ação política e social é desprovida de idéias que a oriente” (MACINTYRE, 1981, p. 58). Dessa forma, as “idéias” ou “crenças” estudados pelos teóricos e o “comportamento” estudado pelo cientista político não são duas coisas, mas uma única.

Deixem-me dar um breve exemplo de como isso funcionaria na prática. Considere o conceito de “interesse” que, talvez juntamente com “poder”, é certamente uma das noções centrais nas Ciências Sociais de modo geral e na Ciência Política em particular. Cientistas políticos e outros cientistas sociais e historiadores tipicamente explicam porque alguém age como age (ou agiu) porque teve que, ou procurou, satisfazer certos interesses. Mas o que um ator toma por ser seu interesse depende de suas crenças a respeito do que é ou não é bom ou benéfico para si. O que alguém acredita ser o seu próprio interesse depende de suas idéias sobre o que consiste o desenvolvimento humano e o que é necessário para realizá-lo. E essas crenças podem ser bem ou mal-fundadas, válidas ou inválidas: isto é, alguém pode ter crenças incorretas a respeito do que (não) é seu interesse. (Isso, é claro, surge sem surpresa para qualquer um que tenha lido e refletido a respeito do diálogo entre Sócrates e Trasímaco no livro I da *República* de Platão). Mas, errados ou não, os atores políticos interpretam suas situações à luz dessas crenças e idéias e agem de acordo. O cientista social, por seu turno, interpreta ou explica esse comportamento percebendo que o ator tem certos interesses – ou seja, mantém certas crenças

a respeito do que é bom para si – e age com base em tais crenças⁹. Assim, as “idéias” ou “crenças” são inseparáveis do “comportamento”, e vice-versa. Seguramente isso não quer dizer que idéias e crenças constituem a província do teórico político e o comportamento, do cientista político. Apreciar essa interdependência é abrir o caminho para, talvez, um *rapprochement* entre a “teoria” política e a “ciência” política.

V. UMA RETRATAÇÃO CONCLUSIVA

Nesse espírito, então, deixem-me concluir reiterando e depois retirando a minha distinção inicial entre teorizações de primeira e segunda ordem. A distinção é feita comumente entre aqueles que *fazem a Teoria Política* e aqueles que simplesmente *estudam-na* ou *falam dela*. Em sua forma mais vulgar, isso parece uma variação da velha pérola: “Aqueles que podem, fazem; aqueles que não podem, ensinam”. Nessa forma mais sofisticada, a distinção entre as teorizações de primeira e segunda ordens estabelece-se entre atores e observadores ou, para dizê-lo de outra maneira, entre uma certa área-tema e seu estudo acadêmico. Mesmo assim, essa postulação mais sofisticada da distinção falha em fazer justiça ao que fazemos – ou tentamos fazer – como estudiosos de Teoria Política.

E por quê? Porque, creio, a distinção corta na direção errada. A distinção relevante não é entre primeira e segunda ordens, mas entre teorização de primeiro e segundo níveis. Não somos apenas acadêmicos e estudiosos de Teoria Política, mas cidadãos interessados e preocupados com a política e com o mundo maior em que vivemos. Portanto, temos razão para pensar crítica e sistematicamente – em suma, para teorizar – sobre os problemas do mundo, suas possibilidades e

prospectivas. Esse é um trabalho, ou uma vocação, em que não somente queremos, mas precisamos superar-nos, ou pelo menos fazer o melhor possível. Assim, temos razão para consultar, para elaborar e para apropriar-nos de – embora não simplesmente imitar ou servilmente duplicar – o pensamento dos teóricos de primeiro nível. E isso não porque somos de “segunda ordem” mas porque somos de segundo nível e tentando fazer o melhor. Isso, apresso-me a dizer, não significa que devemos concordar com aqueles autores que apropriamos. Longe disso. Alguém pode aprender mais de um pensador de primeiro nível de quem discorda do que de um pensador que simplesmente ratifica ou reforça aquilo em que já acredita. É por isso que os conservadores devem ler Marx e os marxistas devem ler Burke. E é por isso, de maneira não menos importante, que os cientistas políticos “empíricos” devem prestar atenção ao que os teóricos “normativos” têm a dizer e vice-versa.

Isso pode ser re-elaborado por meio do empréstimo da distinção que Wendell Berry estabeleceu entre dois tipos de aprendizado: aprender a respeito e aprender com (BERRY, 1987, p. 79). Muito da educação moderna preocupa-se com aprender a respeito – isto é, com adquirir “informação”. Mas a educação geralmente – e o estudo da Teoria Política em particular – não é meramente uma questão de adquirir informação, de “aprender a respeito” de algum assunto; mais importante ainda, é um tipo de *aprender com* – de lutar com, e criticamente se apropriar de, perspectivas alternativas que complicam e enriquecem a visão de mundo e o lugar de cada um por meio do questionamento das afirmações e dos esquemas conceituais convencionais. E isso, certamente, deve ser anteposto às razões para periodicamente reavaliarmos o valor de uma herança intelectual cujo valor está para sempre em questão e aberta a uma variedade de diferentes interpretações e avaliações.

⁹ Ver meu “Interest-Explanations” (BALL, 1979).

Terence Ball (tball@imap4.asu.edu) é Mestre e Doutor em Teoria Política pela University of California at Berkeley, professor da Arizona State University (Estados Unidos) e autor de *Civil Disobedience and Civil Deviance, Reappraising Political Theory, Political Ideologies and the Democratic Ideal* (com Richard Dagger) e, mais recentemente, *Rousseau's Ghost*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBE, G. E. M. 1968. On Brute Facts. In : THOMSON, J. J. & DWORKIN, G. (eds.). *Ethics*. New York : Harper.
- BALL, T. 1979. Interest-Explanations. *Polity*, n. 12, p. 187-201.

- _____. 1988. *Transforming Political Discourse : Political Theory & Critical Conceptual History*. Oxford: B. Blackwell.
- _____. 1993. American Political Science in its Postwar Context. In : FARR, J. & SEIDELMAN, R. (eds.). *Discipline and History : Political Science in the United States*. Ann Harbor, Mich. : University of Michigan.
- _____. 1995. Reappraising Political Theory. In : _____. *Reappraising Political Theory*. Revisionist Studies in the History of Political Thought. Oxford : Clarendon.
- BANDMAN, B.** 1982. Do Future Generations have the Right to Breathe Clean Air? *Political Theory*, n. 10, p. 95-102.
- BARBER, B. R.** 1982. *Political Theory*, n. 10.
- BARRY, B.** 1973. *The Liberal Theory of Justice : A Critical Examination of Principal Doctrines*. Oxford : Oxford University.
- _____. 1980. The Strange Death of Political Theory. *Government and Opposition*, n. 15, p. 276-288.
- BELL, D.** 1960. *The End of Ideology : On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. New York : Free Press.
- BERLIN, I.** 1962. Does Political Theory Still Exist? *Philosophy, Politics and Society*, Oxford, 2nd series.
- BERRY, W.** 1987. The Loss of University. In : _____. *Home Economics : Fourteen Essays*. San Francisco : Farrar, Straus & Giroux.
- COBBAN, A.** 1953. The Decline of Political Theory. *Political Science Quarterly*, n. 68, p. 321-327.
- COHEN, M.** 1973. *Philosophy and Public Affairs*, n. I.
- CONNOLLY, W. E.** 1989. *Political Theory*, n. 17.
- DAHL, R.** 1956. Political Theory : Truth and Consequences. *World Politics*, n. 11, p. 89-102.
- DANIELS, N.** (ed.). 1975. *Reading Rawls : Critical Studies of Rawls' A Theory of Justice*. New York : Basic.
- EASTON, D.** 1953. *The Political System*. An Inquiry into the State of Political Science. New York : A. A. Knopf.
- ECKERSLEY, R.** 1992. *Environmentalism and Political Theory : Toward an Ecocentric Approach*. Albany, NY : State University of New York.
- EUBEN, J. P.** 1970. Political Science and Political Silence. In : GREEN, P. & LEVINSON, S. (eds.). *Power and Community : Dissenting Essays in Political Science*. New York : Vintage.
- EVANS, S.** 1979. *Personal Politics*. The Roots of Women's Liberation in the Civil Rights Movement & The New Left. New York : Vintage.
- FARR, J.** 1987. Resituating Explanation. In : BALL, T. (ed.). *Idioms of Inquiry*. Critique and Renewal in Political Science. Albany, NY : State University of New York.
- _____. 1995. Remembering the Revolution : Behaviouralism in American Political Science. In : FARR, J.; DRYZEK, J. S. & LEONARD, S. T. (eds.). *Political Science in History : Research Programs and Political Traditions*. Cambridge : Cambridge University.
- GOODIN, R. E.** 1992. *Green Political Theory*. Cambridge : Polity.
- GUNNELL, J. G.** 1986. *Between Philosophy and Politics : The Alienation of Political Theory*. Amherst, Mass. : University of Massachusetts.
- HEGEL, G. W. F.** 1967. *Philosophy of Right*. Oxford : Oxford University.
- HOFSTADTER, R.** 1969. *The Progressive Historians : Turner, Beard, Parrington*. New York : Vintage.
- KATEB, G.** 1963. *Utopia and Its Enemies*. Studies in the Libertarian and Utopian Tradition. New York : Free Press.
- LASLETT, P.** 1956. Introduction. *Philosophy, Politics and Society*, Oxford, 1st series.
- LASLETT, P.; RUNCIMAN, W. G. & SKINNER, Q.** 1972. (eds.). *Philosophy, Politics and Society*, Oxford, 4th series.
- MACINTYRE, A.** 1971. *Against the Self-Images of the Age : Essays on Ideology and Philosophy*. Notre Dame, Ind. : University of Notre Dame.
- _____. 1981. *After Virtue*. Notre Dame, Ind. : s/n.

- _____. 1983. The Indispensability of Political Theory. In : MILLER, D. & SEIDENTOP, L. (eds.). *The Nature of Political Theory*. Oxford : Oxford University.
- MAGEE, B.** (ed.). 1978. *Men of Ideas : Some Creators of Contemporary Philosophy*. New York : Oxford University.
- MILLER, D.** 1990. The Resurgence of Political Theory. *Political Studies*, n. 38, p. 421-437.
- MILLER, J.** 1987. *Democracy is in the Streets*. From Port Huron to the Siege of Chicago. New York : Simon & Schuster.
- MOON, J. D.** 1975. The Logic of Political Inquiry. In : GREENSTEIN, F. I. & POLSBY, N. W. (eds.). *Handbook of Political Science*. Reading, Mass. : Addison-Wesley.
- NOZICK, R.** 1974. *Anarchy, State and Utopia*. New York : Basic.
- OAKSHOTT, M.** 1962. *Rationalism in Politics*. London : s/n.
- PARTRIDGE, E.** (ed.). 1981. *Responsibilities to Future Generations*. Buffalo, NY : s/n.
- PLAMENATZ, J.** 1960. The Uses of Political Theory. *Political Studies*, n. 8.
- RAWLS, J.** 1971. *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass. : Harvard University.
- SEARLE, J. R.** 1969. *Speech Acts*. An Essay in the Philosophy of Language. Cambridge : Cambridge University.
- _____. 1983. On Deconstruction. *New York Review*, n. 30, p. 74-79.
- SHILS, E.** 1955. The End of Ideology? *Encounter*, n. 5.
- SHKLAR, J.** 1957. *After Utopia : The Decline of Political Faith*. Princeton, New Jersey : Princeton University.
- SIKORA, R. I. & BARRY, B.** (eds.). 1978. *Obligations to Future Generations*. Philadelphia : Temple University.
- STRAUSS, L.** 1962. Epilogue. In : STORING, H. J. (ed.). *Essays on the Scientific Study of Politics*. New York : Holt, Rinehart & Winston.
- TAYLOR, C.** 1967. Neutrality in Political Science. *Philosophy, Politics and Society*, Oxford, 3rd series, p. 25-57.
- WALTZER, M.** 1970. *Obligations*. Cambridge, Mass. : s/n.
- _____. 1977. *Just and Unjust Wars*. New York : s/n.
- WENZ, P. S.** 1988. *Environmental Justice*. Albany : State University of New York.
- WOLIN, S. S.** 1960. *Politics and Vision*. Continuity and Innovation in Western Political Thought. Boston : Little Brown.
- _____. 1969. Political Theory as a Vocation. *American Political Science Review*, Washington, D. C., n. 63, p. 1062-1083.